

COM O BLOCO DE ESQUERDA, OS APOSENTADOS E PENSIONISTAS CONTINUARÃO A LUTAR POR:



1. Reposição integral do valor das reformas;
2. Atualização anual, em função da inflação, das reformas que não são revistas desde 2009;
3. Convergência progressiva das pensões mínimas para valor equivalente ao SMN;
4. Direito à reforma por inteiro com 40 anos de descontos ou 65 anos de idade;
5. Revogação da Lei de Arrendamento Urbano, conhecida como "Lei Cristas" de 2012, e a aprovação de uma Lei de Bases da Habitação;
6. Atribuição de subsídio de renda para situações de carência financeira;
7. Adoção de medidas, em articulação com as autarquias, para melhorar a mobilidade e o apoio domiciliário, incluindo serviços de saúde;
8. Fiscalização regular dos lares existentes e debate público sobre modelos alternativos;
9. Adoção de medidas para reduzir o custo das taxas de lixo e saneamento para agregados familiares carenciados;
10. Adoção de medidas moralizadoras nas práticas das companhias de seguros para o segurado sénior pondo cobro à agiotagem mais descarada;
11. Garantia de médico de família/assistente para todos os portugueses, especialmente para os aposentados e pensionistas e/ou maiores de 65 anos;
12. Reforço de unidades/enfermarias de Cuidados Continuados em todo o país;
13. Prioridade aos aposentados e pensionistas e/ou maiores de 65 anos e às pessoas com doenças crónicas na constituição das listas de utentes das USFS. Na falta de médicos, que seja atribuído um enfermeiro de referência;
14. Alargamento dos horários de atendimento nas Unidade de Saúde, garantindo maior proximidade e contribuindo para um atendimento mais adequado nos serviços de urgência;
15. Garantia de linhas diretas de telefone nas unidades de saúde vocacionadas para os idosos e atendidas por enfermeiros;
16. Criação de um serviço de apoio domiciliário de saúde;
17. Aumento da comparticipação do Estado na aquisição, por parte de pensionistas e aposentados e/ou maiores de 65 anos, de aparelhos auditivos e próteses várias;
18. Aumento da comparticipação do Estado nos tratamentos de fisioterapia;
19. Abolição das taxas moderadoras no SNS;
20. Disponibilização de consultas das principais especialidades nos Centros de Saúde;
21. Garantia de transporte para seniores mais carenciados ou sozinhos nas deslocações para tratamentos de saúde;
22. Dedução de despesas, em sede de IRS, associadas a várias prestações;
23. Aumento do subsídio de morte e garantia de pagamento dos duodécimos correspondentes aos subsídios de férias e Natal no ano do falecimento do beneficiário;
24. Descontos de 50% nos transportes ferroviários, rodoviários e fluviais, seja qual for o operador, para seniores e/ou aposentados e pensionistas onde ainda não estiver implementado;
25. Desconto de 50% na entrada em todos os espaços culturais públicos para aposentados e pensionistas e/ou maiores de 65 anos;
26. Sinalização adequada nas zonas habitacionais garantindo maior segurança aos idosos e/ou portadores de incapacidade física;
27. Equipamentos urbanos que facilitem a circulação e a socialização dos idosos e/ou portadores de incapacidade física;
28. Condições que permitam aos seniores, aposentados e pensionistas ocupar o tempo de forma ativa mantendo-os interessados e participativos do ponto de vista cívico, social e cultural;
29. Criação e/ou dinamização de gabinetes de apoio à população sénior para acompanhar, melhorar ou propor novas medidas especialmente dirigidas à população sénior.

PRIORIDADES PARA A POPULAÇÃO IDOSA E CARENCIADA

1. Direito a um rendimento mensal digno

- 1.1. Com uma pensão que se vá aproximando do SMN
- 1.2. Com um ajustamento anual indexado à inflação
- 1.3. Com a revisão das várias prestações sociais unificando-as, facilitando a vida a quem delas precisa

2. Direito à habitação

- 2.1. Com a revogação da Lei do Arrendamento Urbano 2012
- 2.2. Com a suspensão imediata das ações de despejo
- 2.3. Com a atribuição de Subsídio de Renda

MANIFESTO GRUPO +60

SETEMBRO 2018
3ª ed. rev.

www.bloco.org
be.grupomais60@gmail.com

DIRIGIDO AOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS, À POPULAÇÃO EM GERAL



O TRABALHO
É UM DIREITO
QUE CRIA
O DIREITO
À REFORMA

ACABAR COM A AUSTERIDADE QUE FAZ MAL À SAÚDE E À VIDA. ACABAR COM A MARGINALIZAÇÃO, PELA COESÃO SOCIAL.

Depois das legislativas de Out 2015, com o governo PS apoiado pelos partidos à sua esquerda, abriu-se uma janela de esperança criando as condições para travar o empobrecimento, recusar a austeridade a todo o custo, devolver às famílias portuguesas poder de compra, mais e melhor emprego. Numa palavra, parar o empobrecimento que fora uma das bandeiras do governo Passos Coelho-Portas. Há muito a fazer porque a pressão de Bruxelas, o modelo económico que privilegia o grande capital financeiro e a privatização das funções sociais do Estado, as dificuldades causadas pelo pagamento da dívida e dos juros, constituem sérios entraves a este projeto.

Apesar deste contexto tão difícil, o Bloco de Esquerda tem-se batido pela defesa dos aposentados e pensionistas, apresentando soluções concretas, repondo e conquistando rendimentos, recusando de forma determinada a demagogia cheia de promessas, ampliando a luta em defesa da reposição integral das pensões e mobilizando os aposentados e pensionistas em defesa da sua vida e do seu bem-estar. Um bem-estar que será plenamente atingido quando a sociedade aceitar que os seniores, geralmente portadores de experiência e testemunho valiosos, merecem consideração social.

MOBILIZAR CONTRA A POBREZA E O ISOLAMENTO?

Sim, claro. Mais e melhor proteção social!

Os aposentados, os pensionistas, os idosos, os desempregados são pessoas, não são peças de xadrez. Trata-se da nossa vida, não de um jogo. Está para além do tolerável saber que uma reforma não chega para pôr comida na mesa; que uma pensão não é suficiente para ir ao hospital; que não existe uma garantia de habitação; que a solidão e o frio são companheiros sempre presentes. É urgente garantir que as reformas sofram um aumento anual indexado à inflação, situação tão mais urgente quanto mais baixas são.



Não se pode aceitar o abandono dos idosos. É inaceitável e ultrapassa os limites da ética e da justiça dificultar o acesso ao Complemento Solidário para Idosos ou abandonar idosos nos hospitais ou colocá-los em lares como se fossem mercadoria. A maioria dos lares, de vários tipos mas sempre um negócio, depreciam direitos essenciais. Não é solução considerar o lucro à frente da dignidade, do bem-estar, do respeito. É inadiável rever a situação atual e avançar com modelos que protejam e dignifiquem a vida. No caso das companhias de seguros, a partir dos 60 anos, é prática corrente a redução do elenco de riscos, a caducidade antecipada ou o escandaloso agravamento da apólice.

A solução também não está nas cantinas sociais. As pessoas têm direito a ter dinheiro suficiente para comprarem a sua própria comida. A política da mão estendida é humilhante: apenas tenta disfarçar a insensatez, a incompetência, a hipocrisia. Não foi declarado o estado de emergência, Portugal não está em guerra; o Estado, o seu Governo e a maioria parlamentar de esquerda continuam a ter obrigação de tomar todas as medidas estruturais que tendam a pôr cobro às situações de pobreza. A nossa prioridade continua a ser a erradicação da pobreza. Precisamos de mais medidas como a tarifa social da energia (já em vigor) ou da água (em vigor a partir de 2017) ou nova legislação para a habitação que ponha fim aos despejos injustos, especialmente dramáticos para os seniores. Também não podemos aceitar que a nossa população envelhecida do interior; vítima da falta de uma política de ordenamento do território e do êxodo provocado pelas migrações, seja responsabilizada pela limpeza e ordenamento do território, população já duramente atingida com a perda de vidas humanas e bens materiais, como aconteceu com os incêndios de 2017. Todas juntas, um conjunto de medidas concretas

que contribuem imediatamente para melhorar a vida de milhões de portugueses. Recusamos um Estado Social feito de expedientes apenas para causar boa impressão, estruturado com base na dependência e na esmola, que se contenta com a multiplicação das cantinas sociais e outros apoios de carácter caritativo.

O Bloco de Esquerda defende, sim, um verdadeiro Estado Social que implemente as medidas necessárias de intervenção social, estruturantes, sem carácter transitório. Medidas que devolvam a dignidade a quem mais precisa, medidas que no curto prazo ponham fim à pobreza. Qualquer solução que faça a população sénior ou os desempregados dependerem, para todo o sempre, de um prato de sopa oferecido, é humilhante. É urgente lutar para erradicar a pobreza não para a disfarçar. Chega de nos atirarem areia para os olhos. O Bloco de Esquerda compromete-se a lutar pelas seguintes medidas imediatas:

- 1º na habitação, aprovar nova Lei de Bases e acabar imediatamente com os despejos;
- 2º a atribuição de um subsídio de renda para proteger famílias em situação de carência face à queda abrupta e involuntária dos rendimentos do trabalho e/ou pensões;
- 3º em articulação com as autarquias, a adoção de medidas que permitam melhorar a mobilidade e o apoio domiciliário, incluindo serviços de saúde, combatendo o isolamento social dos idosos;
- 4º a generalização a todo o território nacional de medidas tendentes a reduzir o custo das taxas de lixo e saneamento para agregados familiares carenciados;
- 5º a fiscalização rigorosa dos lares de acordo com legislação que permita uma intervenção corretiva imediata.

LUTAR CONTRA A EXCLUSÃO?

Sim, com mais e melhores políticas de transportes e novos programas de inclusão social

A limitação da mobilidade dos idosos agrava o isolamento humano e social. Ser idoso não é um estigma. Os aposentados devem estar e viver no meio da sociedade, não podem ser excluídos, são uma parte decisiva no modelo inter geracional que defendemos. Impõe-se, por isso, alterar as suas condições de vida contribuindo para uma verdadeira integração na comunidade permitindo o restabelecimento de uma maior harmonia social. É urgente lutar pela implementação de ações que permitam um envelhecimento ativo. Há algumas medidas que podem ajudar a esta mudança:

- 1º nas localidades onde ainda não é uma realidade que sejam introduzidos descontos de 50% em bilhetes simples e/ou passes sociais para aposentados e pensionistas e/ou maiores de 65 anos nos transportes ferroviários, rodoviários e fluviais, sejam urbanos, suburbanos ou de longo curso independentemente do operador;
- 2º seja criada legislação que garanta um desconto de 50% a aposentados e pensionistas e/ou maiores de 65 anos na entrada em todos os espaços culturais geridos pela administração central, regional ou local e por empresas públicas ou municipais;
- 3º sejam asseguradas condições pela estrutura autárquica para que os seniores, aposentados e pensionistas usufruam e participem de iniciativas que os mantenham interessados

- e ativos do ponto de vista cívico, cultural e social;
- 4º seja instalada sinalização adequada nas zonas habitacionais, rurais ou urbanas, garantindo maior segurança de circulação para idosos e/ou portadores de deficiência;
- 5º sejam assegurados pelas autoridades autárquicas equipamentos urbanos que facilitem a circulação e a socialização dos idosos e/ou portadores de deficiência como, por exemplo, a construção de passeios nivelados e planos rebaixados nas zebras, jardins, bancos, zonas cobertas para convívio.
- 6º que as autarquias dotem os espaços públicos de lazer, ao ar livre, de equipamentos de exercícios adaptados a seniores e a portadores de deficiência;
- 7º que sejam mobilizados os saberes dos seniores, identificados como figuras de referência nas diversas áreas, para enriquecimento de projetos locais sejam culturais, recreativos ou educativos. O BE reconhece o papel central que, neste âmbito, as universidades seniores detêm embora reconhecendo que também elas necessitam de maior reflexão e envolvimento por parte de todos os autarcas e comunidades locais;
- 8º sejam criados gabinetes de apoio à população sénior em cada freguesia, ou união de freguesias, com o objetivo de acompanhar e melhorar as iniciativas, ou propor novas medidas, especialmente dirigidas à população sénior.

NÃO BASTA APROVAR PROPOSTAS, TEMOS DE EXIGIR A SUA CONCRETIZAÇÃO!

Medidas que são aprovadas na Assembleia da República ou que estão em fase de decisão não podem ficar eternamente em compasso de espera. Os seniores não dispõem de tempo para uma espera indefinida porque para eles o que mais conta é o dia de hoje, não são promessas para o futuro por melhores que elas possam parecer. Estão nestas circunstâncias dois diplomas de enorme importância para os seniores mas também para o seu círculo próximo, familiar ou não.

No caso do Estatuto do Cuidador Informal em discussão na Assembleia da República (Comissão da Especialidade) é urgentíssimo que rapidamente seja levado a debate e votação em plenário. A situação muito difícil em que se encontram os cuidadores informais não pode ser

protelada continuamente como se fosse coisa irrelevante. No caso da Disponibilização do Recibo das Pensões para os beneficiários da Caixa Nacional de Pensões, já aprovada, é incompreensível que esta deliberação não passe à prática ignorando o direito à informação dos cidadãos ao melhor estilo autoritário. Os pensionistas da Segurança Social são tratados de forma discricionária e, simplesmente, não é aceitável prolongar a situação vigente. Quanto à Limpeza dos Terrenos e Ordenamento do Território, embora tenha sido previsto que as autarquias assumiriam a responsabilidade no caso dos proprietários não terem condições físicas ou não disporem de recursos económicos, são muitos os problemas ainda por resolver; uma situação injusta que põe em causa as próprias vidas humanas.